

O orçamento. Uma pedra de toque

L. G. NASCIMENTO SILVA

O problema do orçamento para o próximo ano é mesmo de dar panos para manga. E vem dando.

E que a Constituinte determinou a transferência de recursos tributários da União Federal para os Estados e Municípios na proporção de 17% em 1989, proporção que subirá até cerca de 22% nos anos subsequentes. Por isso mesmo, o Ministro João Batista de Abreu preparou uma proposta orçamentária que prevê cortes drásticos nos gastos do Governo federal no próximo ano, correspondentes às transferências de receita para Estados e Municípios, determinadas pela Constituição Federal. Afinal todos acreditamos que vamos ter mesmo uma Constituição Federal aprovada lá pelos idos de 1989, ou não?

Ora, o Congresso Nacional terá de aprovar o projeto de lei orçamentária até 30 dias antes do encerramento do ano financeiro, ou seja, até 30 de novembro, e o devolver para sanção. Se não o fizer, será ele promulgado como lei. É isso o que determina o artigo 66 da Constituição vigente. E a lei suprema vigente deve ser cumprida.

Há outro condicionante ao projeto orçamentário, segundo o próprio Governo: é que ele deverá fixar o nível máximo do endividamento público em 2% do Produto Interno Bruto. Ultrapassar esse limite importará em mais emissão da moeda e, portanto, em mais inflação, o que representa um perigo real para nossa economia, com sério reflexo para as instituições.

Isso é o bê-a-bá das finanças públicas, a cartilha básica para um país que queira atingir o

estágio de uma economia estabilizada. Infelizmente nós nos esquecemos dessas regras fundamentais nos anos recentes. E isso deu no que deu: uma inflação galopante que nos levará ao patamar de 900% de déficit até o final do presente exercício financeiro.

Agora o Presidente Sarney termina pelo que deveria ter sido o começo de sua gestão financeira: impor a austeridade nos gastos públicos. Na verdade, na fala inicial de seu mandato, recordou ele, com ênfase, a sábia recomendação de Tancredo Neves: "É proibido gastar". Mas, dela esqueceu-se incontinentemente. E foram mais de três anos de uma ganância sem par. E, por isso mesmo, de uma inflação sem igual.

Houve um período em que se anunciou uma exemplar estabilidade monetária. O cruzado seria uma moeda estável para todo o sempre. O Ministro Funnaro o proclamou aos quatro ventos. O resultado, porém, foram gastos excessivos e perdulários. Esbanjaram-se nossas parcas reservas cambiais em importações supérfluas de bens de consumo, e até em desnecessárias compras de artigos de alimentação, que se deterioraram em armazéns portuários, sem ter o destino de servir à população.

Agora em seu discurso do dia 18, o Presidente José Sarney afirma enfaticamente: "A inflação está enraizada em nossa cultura. Ela é mais velha do que quase todos os brasileiros... Hoje sabemos com segurança que a atual inflação tem no desequilíbrio das contas públicas sua causa maior." Estranhas palavras para um líder nacional: não é de hoje, somen-

te de hoje, que se sabe que a inflação tem sua causa maior no desequilíbrio das contas públicas. Sempre se soube. Mas, vá lá... Antes tarde do que nunca.

Agora o que é necessário é que o Congresso Nacional aprove o projeto de Orçamento tal como proposto pelo Governo, para que caminhemos para a reconquista de um reequilíbrio das contas públicas. E o próprio Presidente enumera a cirurgia que se faz necessária, ou seja, ela deverá se encontrar "no enxugamento da máquina administrativa, no vigoroso processo de privatização, na ampliação das receitas e na desregulamentação de nossa economia, além daquilo que é o principal: a drástica redução do próprio papel do Estado na economia e no desenvolvimento social".

Sábias palavras que merecem bem serem recolhidas para serem obedecidas. Mas conseguiremos mesmo colocar o trem novamente sobre os trilhos? É o que todos perguntamos avidamente, desejosos que nosso país retome a trilha do desenvolvimento pleno.

Se o Estado conseguir reduzir sua asfixiante presença em tantos setores de nossa economia, transferindo-a para a ação da iniciativa privada, em pouco tempo agilizaremos nosso processo de desenvolvimento aproveitando mais amplamente as potencialidades do País.

E para isso é necessário que o Congresso Nacional aprove o projeto de Orçamento tal como proposto. O ano de 1989 será um ano árduo e duro, mas poderá ser também um ano de salutar recuperação econômica para o País.